



**ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA Nº 004/2016 DO
FÓRUM DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À
LAVAGEM DE DINHEIRO NO ESTADO DE SÃO
PAULO – FOCCO/SP, REALIZADA EM 25 DE
AGOSTO DE 2016.**

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de 2016, nesta cidade de São Paulo/SP, no Salão Nobre da sede do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sito à Avenida Rangel Pestana, nº 315, prédio Anexo 01, Centro, CEP 01017-906, foi realizada, às 14h30, a Reunião Plenária nº 004/2016 do Fórum de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro no Estado de São Paulo – FOCCO/SP, sob a coordenação do Secretário Executivo, Dr. Ivan Francisco Pereira Agostinho, Presidente de Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo, e com a presença dos senhores Alessandro Rodrigues Junqueira, Procurador do Estado da Subprocuradoria do Tributário Fiscal da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; Augusto Haruo Kumakura, Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil; Carlos Augusto Freixo Côrte Real, Diretor Executivo de Capacitação e Treinamento do Junta Comercial do Estado de São Paulo; Carlos Eduardo Teixeira Braga, Subprocurador Geral Adjunto da Área de Consultoria da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo; Celso Augusto Matuck Feres Junior, Procurador de Contas do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Celso Jesus Mongioni, Procurador do Estado Chefe da Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo; Dilson Ferreira da Cruz, Coordenador de Gestão da Informação do Tribunal de Contas do Município; Edson Fábio Garutti Moreira, Delegado de Polícia Federal da Delegacia de Prevenção e Repressão a Crimes Financeiros da Superintendência Regional de São Paulo; Eduardo Almeida Mota, Agente Fiscal de Rendas da Coordenadoria de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda; Elisa Mentz, Auditora Fiscal Tributária do Município de São Paulo; Flávio Barbarulo Borgheresi, Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Gabriela Rodrigues Miranda, Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Gustavo Gonçalves Ungaro, Ouvidor Geral do Estado de São Paulo; Hamilton Caputo Delfino Silva, Secretário Executivo do Tribunal de Contas da União em São Paulo; Heloísa Pinheiro de Freitas, Assessora de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo; Isabel Lopes de Oliveira de Faria Kato, Assessora Especial da Controladoria do Município de São Paulo; Isabella Pereira Petrilli da



Rocha Frota, Diretora do Departamento de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Município de São Paulo; José Roberto Fumach Júnior, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo; Levy Emanuel Magno, Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público do Estado de São Paulo – CAOCRIM/MPSP; Lúcia de Farias Freitas, Ouvidora da Procuradoria Geral do Estado; Luiz Palumbo Neto, Coordenador da Consultoria Jurídica da Advocacia Geral da União em São Paulo; Márcia Cristina Viera de Souza, Diretora Assistente de Informática e Mídias Sociais do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Marcos Fernando de Prado Siqueira, Superintendente Adjunto da Receita Federal do Brasil em São Paulo; Maria Angélica Spagnuolo Molina, Ouvidora Geral do Município de São Paulo; Mário Henrique Marques Matarezo, Assessor Técnico do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Mauro Makuch, Procurador da Advocacia Geral da União; Nelson Yassuhiro Taniguchi, Agente Fiscal de Rendas da Secretaria Estadual da Fazenda; Paula Jane Rossetto Pelissari, Assessor Técnico da Vice Presidência e Corregedoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo; Rafael Neubern Dermachi Costa, Procurador Geral do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo; Ricardo Epaminondas Leite de Oliveira Panato, Chefe da Assessoria Jurídica do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Ricardo Kendy Yoshinaga, Procurador do Estado em exercício na Corregedoria Geral da Administração; Ricardo Kengi Uchima, Agente de Fiscalização Financeira da Auditoria Eletrônica de Órgãos Públicos do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Ricardo Tieppo Alves, Perito Criminal Assistente da Superintendência da Polícia Científica do Estado de São Paulo; Rodney Idankas, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Valéria Valentim, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil; Wagner Alexandre Damazio de Freitas, Subsecretário da Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo.

Ausentes os representantes do Banco Central do Brasil, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, da Controladoria Geral da União, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, da Federação Brasileira de Bancos, do Ministério Público Federal, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, da Polícia Militar do Estado de São Paulo, da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, da Secretaria Nacional de Justiça, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. **Abertura** – Dando início à sessão, o Secretário Executivo agradeceu a presença de todos e de modo especial ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por ter se colocado à



disposição para receber a 4ª Reunião Plenária do FOCCO/SP em 2016. Passada, a seguir, a palavra ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, Dr. Dimas Ramalho, saudou a todos em nome da Corte de Contas. Lembrou que a população tem sofrido com a situação em que o país se encontra e espera uma atuação eficaz dos diversos órgãos de controle. Casos como os da “Operação Lava Jato” devem continuar, sem qualquer passo para trás. Observou que o TCE/SP tem adotado diversas medidas que convergem com os ideais do Fórum, tais como a divulgação de salários e dados de todos os servidores, investimentos em Tecnologia da Informação e realização de uma grande quantidade cursos de capacitação. Disse que é desejo do TCE/SP contribuir com o FOCCO/SP e que todas as discussões são importantes. Disse, ainda, que o crime organizado se organiza muito bem e que, respeitadas as atribuições constitucionais de cada um, os órgãos de controle devem colaborar uns com os outros. Lembrou da importância de resultados efetivos, e que as discussões do FOCCO/SP não devem levar apenas a acordos diplomáticos sem qualquer efeito concreto. Mais uma vez agradeceu a presença de todos, colocando o TCE/SP à disposição do FOCCO/SP para qualquer oportunidade. **Comunicados** – Informou o Secretário Executivo que na próxima Reunião Plenária do FOCCO/SP será deliberado o órgão responsável pela Secretaria Executiva do Fórum para o ano de 2017. **Deliberação** – Deliberado pelos presentes o pedido da Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP para doravante integrar o FOCCO/SP, posto em votação pelo Secretário Executivo foi **APROVADO** pelo Colegiado. **Deliberação** – A seguir houve deliberação sobre o pedido da Câmara Municipal de Lençóis Paulistas para ingressar no FOCCO/SP. Manifestou o Secretário Executivo preocupação com o pedido ao considerar que o Estado de São Paulo possui quase seiscentos e cinquenta municípios, cada um com seus respectivos Poderes Legislativos e Executivos. Na sua percepção a aprovação poderia abrir um precedente perigoso a prejudicar a boa condução dos trabalhos do Fórum no futuro. Questionou também sobre a possibilidade de existir conflito de interesses, uma vez que boa parte das ações do Fórum têm por objeto as próprias Câmaras Municipais. Observou que o pedido foi feito pelo órgão através de seu Controlador Interno e Ouvidor e que entende ser louvável o pleito da Câmara Municipal, mesmo porque boa parte dos municípios do Estado sequer possuem Controladorias Internas. No entanto, disse entender ser necessário definir se o FOCCO/SP é o foro adequado para participação de tais entidades. Indagado se algum representante da Câmara Municipal de Lençóis Paulistas se encontrava presente para fazer uso da palavra não houve manifestação por parte dos presentes. Indagado se alguém gostaria de encaminhar favoravelmente a



questão, Dr.^a Valéria Valentim ponderou que uma eventual negativa deve estar bem fundamentada a impedir questionamentos futuros sobre a legitimidade do Fórum. Foi debatido pelos presentes, também, a importância de uma reflexão sobre a distinção de municípios. Dr. Rodney Dantas sugeriu que seja analisado o que a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro – ENCLA e os demais Fóruns Estaduais já decidiram a respeito desse tema, para que não haja divergências de entendimentos. Ao final foi decidido que, para evitar casuísmos e subsidiar a decisão do FOCCO/SP, será feita uma análise, confiada ao Dr. Ricardo Kendy, de situações semelhantes ocorridas na ENCLA e em outros Fóruns, e que o tema voltará a ser debatido na próxima Reunião Plenária. **Deliberação** – A seguir, os integrantes do FOCCO/SP passaram a deliberar sobre uma possível adesão do Fórum à nota da Rede Nacional de Controle e Combate à Corrupção que trata da manutenção da competência constitucional dos Tribunais de Contas para o julgamento das contas de gestão dos prefeitos municipais. Foi esclarecido que devido a uma recente decisão, ainda não publicada, do Supremo Tribunal Federal, haverá uma diminuição do poder de fiscalização dos Tribunais de Contas sobre os prefeitos. A decisão enfraquece os Tribunais de Contas que analisam hoje as contas dos prefeitos sobre duas óticas: as contas de governo e as contas de gestão. As contas de governo correspondem a questões macro como Saúde, Educação, Segurança, dentre outras, sobre as quais os Tribunais de Contas fazem um parecer prévio e encaminham às Câmaras Municipais para julgamento. Já as contas de gestão correspondem às contratações específicas, nas quais o Prefeito é o ordenador da despesa. Até a decisão do STF cabia aos Tribunais de Contas analisar, sob todos os aspectos, bem como julgar as contas de gestão. Prevalendo o novo posicionamento, o julgamento dessas contas passará também às Câmaras Municipais, o que pode dar ocasião a retardamentos por conveniências políticas. A decisão do STF teve um placar apertado, com seis ministros votando a favor do entendimento da competência das Câmaras Municipais e cinco ministros contrários. A adesão do FOCCO/SP à nota da Rede Nacional de Controle e Combate à Corrupção teria por objetivo fortalecer o posicionamento da competência dos Tribunais de Contas para tentar reverter a decisão daquela Corte Suprema, que ainda é objeto de recurso. Colocada em votação a adesão do FOCCO/SP à nota da Rede Nacional de Controle e Combate à Corrupção, que trata da manutenção da competência constitucional dos Tribunais de Contas foi **APROVADA** pelo Colegiado. **Relatório das Ações** – Devido a compromisso externo, foi atendido pedido da coordenadora da 4^a ação, Dr.^a Valéria Valentim, para que adiantasse sua exposição. Dr.^a Valéria disse que, após análise, o GT entendeu que o parecer do



Advogado da União Eduardo Alonso Olmos no qual diferencia as expressões “quebra de sigilo” de “transferência de sigilo” já é robusto o suficiente e que os elementos importantes a serem destacados já estão nele contidos. Disse que o parecer traz um histórico da matéria no Direito Comparado, mostrando o quanto o Brasil está atrasado em relação a outros países. O GT entende ser mais interessante encaminhamentos solicitando mudanças de entendimentos com base no parecer, ao invés de simplesmente reproduzi-lo. Seriam, assim, encaminhados, através da Secretaria Executiva do FOCCO/SP, ofícios à Advocacia Geral da União, à Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O GT entende também que devem ser feitos outros dois encaminhamentos específicos ao Procurador Geral da União: o primeiro solicitando urgência na aprovação do referido parecer e o segundo solicitando a revisão de todos os atos editados pela AGU, levando em conta a decisão da Lei Complementar nº 105/2001, por não se tratar de quebra de sigilo, mas sim transferência de sigilo. O GT está terminando a redação das minutas dos ofícios, que serão enviadas à Secretaria Executiva para encaminhamento a todos os membros do FOCCO/SP. Lembrou ainda que, especificamente no âmbito da RFB, foi constituída uma Comissão em Brasília que vem trabalhando sobre o Manual de Sigilo Fiscal do órgão. Pretende-se também encaminhar a essa Comissão as conclusões do GT, a fim de subsidiar trabalhos ali realizados. Disse, por fim, que o Sindicato dos Auditores Fiscais também tem realizado um trabalho intenso no sentido de flexibilizar os entendimentos existentes sobre quebra de sigilo fiscal, através de publicações e eventos como palestras e simpósios. Passada a seguir a palavra ao **coordenador da 1ª ação**, Dr. Ricardo Kendy, disse que, desde a última Reunião Plenária, o GT se reuniu em uma ocasião, na qual foram discutidos mais alguns assuntos abordados pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). Especificamente, disse que na ocasião foram debatidos os temas “sujeitos da Lei nº 12.846/2013”, “Responsabilidade Objetiva” “e tipificação das condutas previstas na Lei”. Disse, ainda, que os trabalhos estão praticamente finalizados, faltando apenas a discussão sobre o tema “Programa de Integridade”. A próxima reunião do GT está prevista para o dia 15 de setembro, ocasião em que se pretende finalizar o texto da futura cartilha que será distribuída aos municípios. Tão logo seja concluído, o material será disponibilizado aos demais integrantes do FOCCO/SP para conhecimento e sugestões. Comunicou, também, que o TCE/SP providenciou uma pesquisa sobre os municípios que regulamentaram a Lei Anticorrupção após a distribuição da minuta de Decreto objeto da 1ª ação do ano de 2015. Pela pesquisa foram identificados dezessete municípios que regulamentaram a Lei e trezentos e oitenta e um que ainda não o fizeram. Com relação aos demais



duzentos e quarenta e seis municípios do Estado não havia até aquele momento resposta à pesquisa. Passada, a seguir, a palavra ao **coordenador da 2ª ação**, Dr. Gustavo Ungaro, disse que após quase dois meses de funcionamento, o *web denúncias* recebeu vinte e cinco denúncias, das quais vinte e três já constavam uma primeira satisfação por parte dos órgãos e duas correspondiam a casos demasiadamente recentes. Disse não ter ocorrido qualquer intercorrência negativa no período e que a plataforma mostrou-se eficiente. Observou que até o momento estão integradas ao *web denúncias* a OGE, MP/SP, MPF, CGM/SP, PGE/SP, RFB, SEFAZ, CGA, TCE/SP e TCU, cada órgão dentro das tipologias que entendeu ser adequadas para si. Destacou que na semana passada esteve com o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Dr. Máximo Alves Barbosa Filho, que ficou de avaliar a possibilidade da Polícia Civil participar da plataforma. Disse que das denúncias recebidas até o momento três quartos correspondiam à esfera estadual, um quarto à esfera municipal e que não tinha havido, ainda, denúncias referentes à esfera federal. Sugeriu como encaminhamento que seja programado um evento de lançamento da nova ferramenta, ocasião em que, com a ajuda dos meios de comunicação, haveria a divulgação para toda a sociedade. De outra parte, lembrou que a Transparência Internacional está abrindo um novo escritório na cidade de São Paulo e que o foco no momento dessa organização no Brasil é justamente a viabilização de denúncias consistentes e dos desdobramentos cabíveis. Sugeriu um encaminhamento para que o Fórum faça tratativas com a Transparência Internacional no sentido de que a organização auxilie na divulgação do *web denúncias*, inclusive chancelando a confiabilidade da ferramenta. Dr.^a Valéria Valentim disse que a Fundação Getúlio Vargas tem trabalhado bastante a questão do estudo da transparência e do combate à corrupção, de modo que poderia ser também uma parceira na divulgação do *web denúncias*, especialmente no ambiente acadêmico, em palestras e outros eventos. Propôs o Secretário Executivo que, caso aprovado, o evento seja utilizado também para o lançamento de outros trabalhos do Fórum, tais como a cartilha da 1ª ação, o que naturalmente atrairia outros parceiros. Sugeriu Dr. Gustavo Ungaro o dia 09 de dezembro, Dia Internacional de Combate à Corrupção, como possível data para o evento. Sugeriu que todos os membros do FOCCO/SP, mesmo aqueles que não participam do *web denúncias*, procurem se apropriar do link e colocá-lo em suas respectivas páginas para propiciar a divulgação. Dr. Eduardo de Almeida Mota indagou se essa divulgação prévia nos diversos portais não prejudicará o lançamento da ferramenta. O Secretário Executivo opinou no sentido de que não haverá prejuízo, antes pelo contrário poderá beneficiar a divulgação do novo meio,



pois será possível apresentar alguns resultados iniciais. Colocados em votação os encaminhamentos da segunda ação para a realização de um evento público para apresentação dos resultados dos trabalhos do FOCCO/SP em 2016; para a busca de parceiros para a divulgação do *web denúncias*; e para que cada órgão, na medida do possível, procure se apropriar do link do *web denúncias* no intuito de divulgar a plataforma foram todos **APROVADOS** pelo Plenário. Passada a palavra ao **coordenador da 3ª ação**, Dr. Flávio Borgheresi, disse que o GT vem trabalhando na organização de alguns eventos. Está previsto entre os dias 07 e 09 de dezembro um Seminário de Combate à Corrupção, que contará com a participação do Instituto de Combate à Corrupção. Para o dia 11 de dezembro, domingo, o GT está organizando uma “Corrida de Combate à Corrupção”, pelas ruas do Centro de São Paulo. Lembrou, também, que entre os dias 12 e 16 de setembro haverá uma conferência com o tema “Planejamento e Fiscalização de Obras Públicas”, voltada para um público de engenharia, e que o TCE/SP está disponibilizando 10 (dez) vagas para os órgãos do FOCCO/SP. Está previsto, também, para o dia 19 de setembro, um workshop nos mesmos moldes do que foi realizado no ano de 2015, para que os órgãos do FOCCO/SP tragam suas experiências no combate à corrupção. Para esse evento o GT pede um especial apoio e atenção de todo o Fórum, seja na assistência seja com palestrantes. Por fim, disse que, conforme mencionado na última Reunião Plenária, foi criado um banco de dados para que os diversos órgãos do Fórum possam cadastrar seus recursos tecnológicos e humanos a fim de facilitar o intercâmbio de informações para organização de eventos. Disse que os integrantes da ação já estão cadastrando seus recursos e se comprometeu a encaminhar à Secretaria Executiva o link disponibilizando a ferramenta a todos os interessados. Ausente a **coordenadora da 5ª ação**, tomou a palavra Dr. Celso Jesus Mongioni, representante da PGE/SP naquele GT, a fim de esclarecer que a Junta Comercial do Estado de São Paulo tem feito uma revisão das Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração, com algumas pesquisas, inclusive, sobre o modo como a União Europeia tem se portado em relação a situações suspeitas. Esses estudos vão subsidiar uma nova Instrução Normativa daquele Departamento a ser editada em breve. Embora o Departamento propriamente dito não participe diretamente do FOCCO/SP, por meio da JUCESP essa medida já foi iniciada. Passada a palavra ao **coordenador da 6ª ação**, Dr. Eduardo de Almeida Mota, disse que a Secretaria da Fazenda está passando por uma situação difícil, com os Agentes Fiscais de Renda indispostos com o Governo do Estado. Disse que essa situação da Pasta dificulta sua permanência como coordenador da ação. Por essa razão, solicitou formalmente à Secretaria Executiva do



FOCCO/SP que a coordenação da 6ª ação passe para o TCE/SP, na pessoa da Dr.ª Gabriela Rodrigues Miranda. Disse, por fim, que continuará contribuindo com a ação, mas na qualidade de colaborador. Passada a palavra à Dr.ª Gabriela Rodrigues Miranda, esta manifestou anuência em coordenar os trabalhos da ação e lembrou que até o mês de julho os participantes do GT procuraram alinhar seus entendimentos sobre Serviços de Inteligência, através de exposições dos órgãos. Disse que na última reunião o GT concluiu que os Serviços de Inteligência se baseiam em dois pontos: especialização dos integrantes e agilidade na troca de informações. Disse que a partir daí surgiram algumas ideias de medidas a dar efetividade aos trabalhos da ação. Assim, como forma de auxiliar os órgãos na especialização dos Serviços de Inteligência foi proposta a realização de encontros mensais, nos mesmos moldes organizados pelo SISBIN Regional – Sistema Brasileiro de Inteligência. Esses encontros ocorreriam todas as segundas terças-feiras do mês, a partir das 9h30, a princípio na sede do TCM/SP. A ideia é a de que sempre haja uma palestra introdutória seguida de um *coffe break* para troca de ideias. Disse que o primeiro encontro está previsto para o dia 13/09/2016, convidando todos os órgãos do FOCCO/SP que tenham interesse em participar. No que se refere a medidas com o intuito de agilizar a comunicação entre os órgãos, foi proposta a criação de um Sistema de Troca de Informações, de modo a permitir que circunstâncias como a saída de funcionários de um Departamento de Inteligência não prejudiquem os trabalhos em relação às informações que apenas este detinha. Disse que em relação a esse ponto específico, o GT pretende trabalhar ainda um pouco mais, a fim de verificar a viabilidade da sugestão. Disse também que outra proposta que surgiu na última reunião da ação foi a de encaminhar uma moção ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, através da Secretaria Executiva do FOCCO/SP, sugerindo a criação de uma Vara especializada para processar e julgar crimes de improbidade administrativa e de lavagem de dinheiro, o que o GT desejava colocar em votação na Reunião Plenária. Dr. Rodney Idankas se manifestou em sentido contrário à moção sob a justificativa de que essa demanda não faz parte do escopo da 6ª ação, que são os Serviços de Inteligência. Lembrou que a criação de Varas especializadas já foi objeto de ação do FOCCO/SP em anos anteriores e que essa ação não teve continuidade. Dr.ª Gabriela Rodrigues e Dr. Eduardo Mota concordaram que a demanda foge do objeto específico da ação. Esclareceram, no entanto, que a ideia surgiu a partir dos estudos dos órgãos integrantes da ação quando da distinção do que seja um Serviço de Inteligência propriamente dito e de um trabalho de construção de provas. Observou Dr. Eduardo Mota que o Serviço de Inteligência puro tem por finalidade a coleta de




informações e que esse ponto foi esclarecido nos trabalhos da ação ao longo do primeiro semestre. No entanto, tendo em vista em especial a demanda do Ministério Público, que se vale dos Serviços de Inteligência eminentemente para a construção de provas para expedientes criminais, a ideia da Vara especializada ganhou corpo, e surgiu como uma possibilidade para os integrantes da 6ª ação. Dr. Rodney Idankas disse haver um desvirtuamento do foco específico da ação, que consiste em desenvolver os Serviços de Inteligência dos órgãos do FOCCO/SP. Ressaltou que a Inteligência não consiste em Acordos de Cooperação Técnico para troca de informações e cruzamento de dados, e que um dos fundamentos desses serviços é a impossibilidade de saída daqueles que o compõem, de modo a impossibilitar a perda de informações. Dr. Ricardo Kendy disse que embora todos concordassem que a sugestão da moção ao TJSP não seja o objeto específico da 6ª ação, não vislumbrava impeditivo no sentido de que a proposta seja colocada em votação pelo Plenário, uma vez que se encontra no âmbito dos assuntos que o FOCCO/SP se propõe a debater. Indagou, no entanto, se o GT poderia disponibilizar alguma ata de sua última reunião, a fim de que todos os membros do Fórum tomem ciência de como a ideia surgiu e dos fundamentos que justificariam o pedido, deixando-se a votação da proposta talvez para a próxima Reunião Plenária. Dr. Gabriela Rodrigues disse que encaminharia a ata à Secretaria Executiva, a fim de que seja disponibilizada a todo o Fórum. Dr. Gustavo Ungaro lembrou que o tema foi objeto de debates com os representantes do Poder Judiciário à época da referida ação. Disse que no seu entender caberia uma retomada desse debate, considerando em especial que hoje a maior referência nacional de combate à corrupção, a Operação Lava Jato, decorre justamente dessa especialização de uma Vara Judiciária. Dr. Rafael Neubern concordou com a importância da retomada do tema pelo FOCCO/SP, observando, no entanto, que se trata de um assunto a ser aprofundado, com estudos sobre as melhores possibilidades, criação de Varas especializadas centralizadas ou regionalizadas, Câmaras em segunda instância ou ainda outras medidas. O Secretário Executivo concordou com a necessidade de um aprofundamento do assunto antes do FOCCO/SP tomar qualquer decisão. Disse entender, no entanto, que não deve o Fórum descer a minúcias nas sugestões que poderão ser feitas ao TJSP. Na sua visão seria mais eficaz expor com profundidade a problemática, deixando a Corte livre para tomar as medidas que ela própria entender oportunas. Sugeriu ao GT um aprofundamento da proposta, o que poderia ser concretizado em uma minuta de ofício, ou outro instrumento, podendo ser apresentada, inclusive, como mais uma das metas do Fórum no evento de apresentação dos resultados das



atividades do Fórum. Dr. Augusto Kumakura disse que seu entendimento é semelhante ao do Dr. Rodney Idankas na medida em que a base dos Serviços de Inteligência é a alta confiança mútua de grupos fechados. Sugeriu como forma de aprofundamento nos trabalhos que o FOCCO/SP convide algum colega da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, para uma exposição na próxima Reunião Plenária. Dr. Ricardo Kendy observou que na próxima Reunião serão feitos os relatos finais das ações para o ano de 2016, o que pode demandar um tempo considerável. Sugeriu a possibilidade de que o convite seja feito no âmbito do GT, que poderia, posteriormente, fazer um relato em Reunião Plenária. Dr. Eduardo Mota lembrou, ainda, que no próximo dia 21 de setembro será realizado o “Encontro Nacional de Inteligência Fiscal”, comprometendo-se em encaminhar à Secretaria Executiva do Fórum as informações sobre inscrição para o evento. Passada a palavra ao **coordenador da 7ª ação**, Dr. Flávio Borgheresi, disse que foi encaminhado um questionário eletrônico a mil oitocentos e cinquenta órgãos entre Prefeituras, Câmaras, Autarquias e Fundações Municipais a fim de fazer um diagnóstico das estruturas de Controle Interno dos municípios do Estado de São Paulo. Disse que até o momento foram obtidas mil duzentas e trinta e três respostas e que o GT está trabalhando sobre os dados já obtidos no intuito de apresentar em breve seus resultados ao Plenário. Disse que o GT continua trabalhando também sobre o Manual de Controle Interno, que poderá ser apresentado, eventualmente, como mais um resultado dos trabalhos do Fórum ao final do ano. Por fim mencionou que está sendo organizado um encontro com os prefeitos eleitos para capacitá-los e orientá-los com relação ao Controle Interno dos Municípios. Disse que a CGM/SP já manifestou interesse em contribuir com o evento e que o TCE/SP também participará. Convidou os demais órgãos do FOCCO/SP a colaborar também com esse trabalho. Embora a data não esteja ainda definida, disse que a ideia é de que o encontro seja na primeira quinzena de novembro. Passada a palavra ao **coordenador da 8ª ação**, Dr. Dilson Ferreira da Cruz, disse que o GT prossegue com seus trabalhos de conhecimento de sistemas de dados de diversos órgãos. Disse que na última reunião foram apresentados o Sistema de Cadastro de Serviços Terceirizados da CGA e o Sistema de Auditoria Eletrônica dos Órgãos Públicos – AUDESP, do TCE/SP. Disse que as reuniões têm sido importantes não apenas para que os participantes conheçam as informações que outros órgãos possuem, mas principalmente para que se saiba o uso que é feito delas. Com relação à meta que o GT se propôs de conseguir a formalização de Acordos de Cooperação Técnica entre os participantes, disse que há tratativas do TCM/SP com o MPSP, o TCU e a CGM/SP, além de outras entre o TCE/SP e a CGA. Lembrou que o GT



tem interesse em conhecer todo e qualquer sistema de informações, convidando todos os membros do FOCCO/SP a apresentar os seus respectivos. Mencionou também que, como forma de dar efetividade aos trabalhos realizados, o GT vem trabalhando na cooperação para o compartilhamento de dados entre as diversas esferas de governo. Neste sentido o TCM/SP e o TCE/SP têm feito testes sobre o compartilhamento de dados de empresas apenas, sendo intenção, ainda, de que essas informações venham a ser compartilhadas com a CGU. Passada a palavra ao **coordenador da 9ª ação**, Dr. Augusto Kumakura, disse que a RFB, juntamente com a CGU, o TCE/SP e a SEFAZ estão preparando um edital de lançamento de um concurso de projetos pedagógicos com o tema do combate à corrupção. A ideia é a de lançar esse edital até o próximo dia 14 de setembro. Na visão do GT essa iniciativa poderá ser aproveitada não somente no que se refere aos trabalhos que serão apresentados mas também como forma de divulgação do FOCCO/SP para o público estudantil. Disse que o GT vem trabalhando sobre possibilidades de divulgação do tema “combate à corrupção” nas instituições de ensino, com o auxílio de voluntários dos diversos integrantes da ação que já tenham *know how* em apresentações nesse formato. **Considerações finais** – Antes do encerramento, Dr. Ricardo Kendy lembrou mais uma vez que para a próxima Reunião Plenária estão previstas apresentações sobre as atividades de cada um dos Grupos de Trabalho ao longo do ano de 2016. Solicitou, assim, que os coordenadores das ações preparem uma breve apresentação das atividades, com o encaminhamento de continuidade ou de encerramento para o ano de 2017. Após entendimentos ficou estabelecido que a **Reunião Plenária nº 005/2016 será realizada no dia 20 de outubro de 2016, quinta-feira, às 14h30, na sede da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, em local a ser informado oportunamente. Agradecida a presença de todos deu-se por encerrada a Reunião Plenária nº 004/2016. E para constar, eu, **Felipe Francisco Deckers Leme**, Corregedor da Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo, *Felipe*, lavrei a presente ata, que sai assinada pelo Secretário Executivo do FOCCO/SP.


IVAN FRANCISCO PEREIRA AGOSTINHO
PRESIDENTE DA CORREGEDORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO
SECRETÁRIO EXECUTIVO DO FOCCO/SP